

Foi apreciada, e dando-se por discutida, o Sr. Presidente propoz se a Camara approvava a addicão na sua generalidade, para ser incorporada ao Regimento: e como não passasse, propoz separadamente o 1.º, 2.º, e 3.º Artigos, e nenhum foi approvado.

Passou-se então a propoz a declaracão relativa ao Officio para as sessões; e esta foi approvada.

Passou-se a discutir a Emenda do Sr. Barrozo, e sendo posta a votacão a primeira parte da mesma Emenda, que versa sobre os Artigos 8.º e 11.º, ficou suprimida.

Por ser dada a hora addiu-se esta discussão.

O Sr. 1.º Secretario lê hum Officio do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Império, incluindo a copia do Decreto de 16 do corrente, pelo qual Sua Magestade Houve por bem Ordenar, que no Thesouro Publico se paguem as Folhas dos Ordenados, e depozar tanto d'esta Camara, como da dos Deputados. Ordenado ficou inteirado.

O Sr. Presidente dá para ordem do dia: 1.º a continuacão da discussão do Regimento dos Conselhos Geraes de Provincia: 2.º a discussão dos Projectos de Lei, hum declarando o Artigo 6.º da Constitucão, e outro regulando a execucao da sentença de pena de morte.

Levantou-se a sessão as duas horas. = Vice-cede de Santo Amaro, Presidente = João Antonio Rodrigues de Carvalho, 1.º Secretario = Francisco Cammim de Campos.

Sessão 37.ª

No Dia 26 de Junho de 1826

Presidencia do Sr. Visconde de S.º Amaro.

Moita a Sessão foi lida, e approvada a Acta antecedente.

O Relator da Commissão de Statistica lê o seguinte

Paracer

„ Sendo preciso organisar-se hum Plano Geral para a Civilisação dos Indios, e devendo-se proceder sobre objecto de tanta importancia com a maior circumspecção, he a Commissão de Paracer, que se exija de cada hum dos Presidentes das respectivas Provincias as necessarias, e bem circumstanciadas informações sobre a indole dos mesmos, sobre seus usos, e costumes, bem como sobre suas particularis inclinações, e gosto, declarando tambem as observações, que tenha feito sobre o methodo de os civilisar com maior facilidade, e finalmente as proporções que actualmentemente hajam de ter para seus abastecimentos, e cultura, ouvindo sobre todos estes objectos os respectivos Directores, assim como sobre as causas que tem obstado a civilisação dos mencionados Indios. Paço do Senado 26 de Junho de 1826 = Bispo Capellão Moir = Marquez de São João da Palma = Barão de Cathi = Barão d'Alcantara = Antonio Goncalves Gamide.

Ordem do dia

Continuou a 3.^a discussão do Projecto de Regimento dos Conselheiros Geraes de Provincias, sobre a 2.^a parte da Emenda do Sr. Marrozo a respeito dos Artigos 11, e 12 em relação com os Artigos 17, 19; a qual depois de ser discutida, entrando em votação, não foi approvada.

Passou-se a 3.^a parte relativa ao Art. 27; e julgando-se discutida, propoz o Sr. Presidente se a Camara convinha, em que na votação de negocios se escrevessem nas cédulas

as palavras "sim" ou "não", e venceu-se pela afirmativa.

De modo igual se deliberou sobre a 4.^a parte da referida Emenda, para no Artigo 104 se acrescentar antes das palavras = "Poderão ser = as seguintes = o Sr. F. =

Dando-se então o debate por terminado, o Sr. Presidente consultou a Câmara se sancionava o Projecto com as Emendas, e alterações, e affirmou-se. Remettido à Comissão de Legislação.

Principiou a 2.^a discussão do Projecto da Lei do Sr. Visconde de Caravellas declarando o Artigo 6.^o da Constituição.

Forão mandadas à Mesa as Emendas seguintes, das quaes as duas primeiras forão approvadas.

A Assembleia Geral. Fica revogada a Proclamação de oito de Janeiro de mil oitocentos e vinte e tres, para serem reintegrados nos Focos de Cidadãos Brasileiros aquelles que se não recolherão ao Territorio do Imperio, durante o prazo que lhes foi assignado, com tanto que provem alguma das circumstancias seguintes.

1.^a Impossibilidade fisica.

2.^a Falta de meios pecuniarios, ou de sua situação, d'onde resultasse perigo evidente de vida pela sahida.

3.^a São exceptuados, quanto aos que existão dentro dos Reinos de Portugal, e Algarves aquelles, que accutarão empregos, ou continuará a exercel-os hum anno depois da Proclamação.

4.^a Aquelles, que residindo nas Colonias d'Africa, ou Asia, accutarão novos Empregos da Corôa de Portugal hum anno depois da Proclamação; mas não aquelles que continuará no exercicio do que lhes tinham sido dado antes da declaração da Independencia.

3ª Intenção ao Governo o conhecimento, e a decisão das causas da demora na forma estabelecida — Carvalho.

Proponho que o principio, e Artigo 1.º sejam suprimidos: por que não cabe nas attribuições da Legislatura ordinaria o declarar, e interpretar authenticamente Artigos Constitucionaes, cuja reforma, mudança, addição, e alteração só pode ser feita com as formalidades prescriptas no Capitulo 8.º da Constituição: mas o sobredito principio, e Artigo declararão, interpretados authenticamente, e farão huma addição ao Artigo 6.º paragrafo 1.º da Constituição, o qual, segundo a declaração feita no Artigo 178, he constitucional: logo elles devem ser suprimidos; e da mesma forte o Artigo 2.º, que he meramente huma consequencia do 1.º — Visconde da Traia Grande.

Artigo 1.º

Os nascidos no Brazil, que por justas causas não poderão recolher-se dentro do prazo que lhes foi assignado na Proclamação de oito de Janeiro de mil oitocentas e vinte e tres, são Cidadãos Brazileiros, logo que voltarem, ou tenham voltado á sua Patria.

Artigo 2.º

Fica encarregado o Governo de conhecer destas causas, e deferir-lhes como for justo. — Visconde da Traia Grande.

O Sr. Barros propoz o adiamento da discussão, offerecendo a Indicação seguinte

„Proponho que seja adiada a Discussão
„até que, impressas as emendas offercidas,
„se possa formar juizo sobre ellas. — Barros.

Foi apoiada; porem sendo posto á votação o adiamento não passou: e propondo então o Sr. Presidente se proseguiria a

Discussão do 4.^o Artigo do Projeto com as Emendas que lhe foram relativas, deixando de parte as que não estiverem n'essas circumstancias: a Camara resolveu que sim.

Entrou em discussão a Emenda supressiva do Sr. Visconde da Praia Grande, mas por ser dada a hora adiou-se o debate.

O Sr. Presidente designou para a Ordem do dia a continuacao da materia que acabava de adiar-se, e a 4.^a discussão do Projeto de Lei sobre a execucao da Sentença de pena de morte.

Levantou-se a Sessão as duas horas. = Visconde de Santo Amaro, Presidente = João Antonio Rodrigues de Carvalho, 1.^o Secretario = Francisco Cammim de Campos, 4.^o Secretario.

Sessão 38.^a

No dia 27 de Junho de 1826

Presidencia do Sr. Visconde de S.^{to} Amaro.

Aberta a Sessão foi lida, e approvada a Acta da antecedente.

O Relator da Commissão das Peticões, fez a leitura do seguinte

Parecer

„A Commissão das Peticões examinando o requerimento de José Lourenço Dias, Commerciantes d'esta Praça, que tendo de navegar suas fardas para a Costa d'Africa nas Peticões de Portugal, requer ser admittido a despachal-as por baldeação, pagando quatro por cento como para Macas Estrangeira, e não quinze por cento, como para consumo das Provincias do Imperio, he de parecer, que seja remittido á Commissão de Fazenda junta